

Dinâmica da Sustentabilidade das Finanças Públicas em Moçambique (2000-2016)

por

**Manoela M. Sylvestre
Constantino P. Marrengula
Titos O. Quive**

Maputo, aos 08 de Maio de 2019

TÓPICOS DA APRESENTAÇÃO

1. Introdução
 - 1.1. Motivação
 - 1.2. Problema da Pesquisa
 - 1.3. Hipóteses
 - 1.4. Objectivos
2. Metodologia
3. Revisão de Literatura
 - 3.1. Enquadramento teórico
 - 3.2. Experiencias empíricas
4. Apresentação do Índice de Blanchard
5. Interpretação dos Resultados
6. Conclusões

1. Introdução

1.1. Motivação:

Sustentabilidade da Dívida Pública

VS.

Sustentabilidade das Finanças Públicas

Veja a Tabela a seguir:



1.1. Motivação

Indicadores	Limites %	2014	2015	2016 (insustentável)
Stock da Dívida/PIB (SADC)	60	48,9	73	102
Valor Presente da Dívida/PIB	40	37	39,9	71,6
Valor Presente da Dívida/Exportações	150	98	143,4	216,5
Valor Presente da Dívida/Receitas	250	129,2	158,06	298,6
Serviço da Dívida/ Receitas	20	5,1	9,1	25,9

1.1. Motivação

Questionamentos:

“... de onde vem estes números, os números que dizem que o deficit não deve passar de 3% e a dívida de 60% do PIB ... Estes números surgiram do nada, não houve qualquer base económica para esses números e, contudo, agora na Europa esses números são tratados como se fossem uma dívida divina, como se fizessem parte da criação e que seria uma violação das leis básicas da natureza violar essas regras”

Joseph Stiglitz – Ex-Economista Chefe do Banco Mundial de 1997-2000 (2017)

1.1. Motivação

- Sobre o Indicador Dívida/PIB: não reflecte a capacidade real de solvência do Estado uma vez que nem toda riqueza gerada na economia é retida no país para poder fazer face ao serviço da dívida e sustentar as despesas para o crescimento futuro.

Ossemane, R (2010)

1.1. Motivação

- O rácio serviço da dívida/exportações, ignora outras fontes de divisas para além das exportações, como por exemplo, os donativos e o Investimento Directo Estrangeiro (IDE).
- O rácio também ignora as outras necessidades em moeda externa para despesa pública e de realização de importações.

Ossemane (2010)

1.1. Motivação

- **Crítica do Olivier Blanchard, Ex-Economista Chefe do FMI de 2008-2015:**

Contrapondo as receitas tradicionais do FMI e do Banco Mundial para os casos de endividamento admitiu que o país podia suportar um déficit público ainda maior com maior endividamento desde que as suas despesas sejam reorientadas para o investimento público reprodutivo.

1.2. Problema da Pesquisa

- Depois do perdão da dívida da iniciativa HIPC, qual foi o nível de **receita óptima** e a que distância esteve da receita efectiva entre 2000 e 2016?
- Qual é a **tendência das receitas efectivas** do Estado e das despesas públicas?
- O que explica estas relações?

1.3. Hipóteses do Estudo

- **H₀**: As receitas públicas de Moçambique estão aquém do nível óptimo na medida em que não são suficientes para garantir a sustentabilidade das finanças públicas.
- **H₁**: As receitas públicas moçambicanas são iguais ou superiores ao nível óptimo para garantir a sustentabilidade das finanças públicas.

1.4. Objectivos do Estudo

a) Objectivo geral:

Estudar a sustentabilidade das Finanças Públicas em Moçambique, depois da iniciativa HIPC

1.4. Objectivos do Estudo

b) Objectivos específicos:

- Descrever a evolução das receitas e despesas públicas em Moçambique entre 2000-2016;
- Determinar a receita do Estado necessária para manter constante o stock da dívida como percentagem do PIB;

b) Objectivos específicos (contin.)

- Analisar a dinâmica do índice de sustentabilidade do orçamento público de Blanchard entre 2000-2016;
- Analisar o comportamento do rácio da dívida pública/PIB; e
- Investigar a tendência das receitas próprias do Estado e as despesas públicas.

2. Metodologia

- Estimou-se o índice de Blanchard para Moçambique entre 2000 e 2016, com recurso ao pacote estatístico EXCEL para efeitos de cálculos dos rácios relevantes.

2. Metodologia (contin.)

A literatura sobre a sustentabilidade fiscal, recorre a teste de estacionaridade do rácio da dívida pública/PIB e análise de cointegração das receitas e despesas do Estado.

Dada a limitação da serie temporal disponível, este trabalho aplica a análise gráfica e de tendências do rácio da dívida pública / PIB, das receitas e das despesas do Estado.

2. Metodologia (contin.)

Dados de 2000-2016 e fontes:

- PIB e a respectiva taxa de crescimento real (INE);
- Dívidas (interna e externa) públicas (Banco de Moçambique);
- Receitas e Despesas publicas (Conta Geral do Estado);
- Taxa de juros de divida (Banco Mundial).

3. Revisão de Literatura

3.1. Enquadramento teórico

As **finanças públicas**, referem-se a aquisição e utilização de meios financeiros pelas entidades públicas. Num sentido lato, são conjunto de problemas da política económica que envolve o uso de tributação e de despesas públicas (Pereira (2005) e Samson (2015)).

3.1. Enquadramento teórico

- **A sustentabilidade** das finanças públicas encontra-se intimamente ligada à relação entre a dinâmica das receitas e das despesas do Estado. Saldo primários positivos permitem reduzir eventuais stocks de **dívida**. Enquanto isso, decisões orçamentais que implicam défice primário, podem ser sustentadas com maior endividamento público (Pereira (2005) e Pontes (2016))

3.1. Enquadramento teórico

- A sustentabilidade das finanças públicas está directamente associada a **sustentabilidade da dívida pública**. Não se pode ter dívida insustentável e finanças públicas sustentáveis.

3.1. Enquadramento teórico

- No quadro da restrição orçamental intertemporal, a sustentabilidade das FP verifica se quando a receita pública for suficiente para satisfazer todas as despesas incluindo o pagamento do juros, mantendo o rácio da dívida pública / PIB constante (Pontes, 2006 e DFI, 2018).

3.1. Enquadramento teórico

- Dado que a dinâmica macroeconómica e as decisões sobre a despesa pública mudam com o tempo, haverá sempre diferenças entre **a receita desejável** na perspectiva de sustentabilidade e a **receita efectiva**, abrindo espaço para análises positivas e normativas das decisões de política fiscal e orçamental no tempo e no espaço (Blanchard, 1990).

3. Revisão de Literatura (contin.)

3.2. Experiências empíricas

- Pontes (2016): Estudo da sustentabilidade das FP no **Estado de Ceará, no Brasil** entre 2003-2015. **Resultado:** de 2003-2009: apresentava uma tributação (receitas primárias) superior ao nível de tributação necessário para manter a dívida pública constante com Índice de Blanchard em média de -0,965 e piorou e atingiu em média 0,718 entre 2010 e 2015.

3.2. Experiências empíricas (contin.)

- **Borges (2014):** Análise das principais componentes que o definem ou seja a receita **óptima** e a **efectiva** como percentagem do produto na **Região Autónoma de Açores, Portugal. Resultado:** Entre 1993-1997: As necessidades líquidas de financiamento atingem os valores máximos, e ascenderam até 5% do PIB em 1997; enquanto que entre 2003 e 2005, as necessidades de financiamento caíram, traduzindo uma aproximação entre a receita efectiva e a óptima.

3.2. Experiencias empíricas (contin.)

- **Pias e Oliveira (2017):** Análise da restrição intertemporal do Governo do Estado de **Rio Grande do Sul, Brasil**, no longo prazo entre 1970-2015, usando o teste de raiz unitária e a análise de cointegração para verificar a existência de relações de longo prazo entre a dívida pública e o resultado primário, e entre a receita tributária e a despesa primária. **Resultado: Política fiscal insustentável**

3.2. Experiencias empíricas (contin.)

- **Jibao (2013)**: confirma a hipótese da sustentabilidade da política fiscal na **África do Sul entre 1960 e 2010**, mas com probabilidade da política fiscal e orçamental ser ajustada mais rapidamente quando o limite do déficit público excede 4,02% do PIB.

3.2. Experiências empíricas (contin.)

- **Mwakalobo (2015):** Análise da sustentabilidade das FP aplicando a abordagem de cointegração e o vector de correcção de erro para analisar a dinâmica de geração de receitas públicas na **Tanzânia, Quênia e Uganda entre 1970 e 2005.**

Resultados: Existência de relação entre a capacidade de mobilização de receitas do comércio externo com o crescimento da economia, a inflação e a ajuda externa. A relação entre a receita do comércio externo e a inflação é positiva e estatisticamente significativa, enquanto que as mesmas receitas relacionam-se negativamente com a taxa de crescimento da economia e com a ajuda externa. Segundo este autor, este último caso justifica-se pelo facto da ajuda externa reduzir os incentivos para a mobilização de receitas e manter instituições e uma administração fiscal eficiente.

4. Apresentação do Índice de Blanchard (1990)

Ponto de partida: Restrição orçamental em termos reais, excluindo as receitas provenientes da emissão monetária em um determinado período t:

$$B_t - B_{t-1} = r_t B_{t-1} + G_t - R_t$$

ou

$$B_t = (1 + r_t) B_{t-1} + G_t - R_t$$

4. O Índice de Blanchard (contin.)

Com a inclusão da emissão monetária, teremos:

$$B_t = (1 + r_t)B_{t-1} + G_t - R - \frac{(M_t - M_{t-1})}{P_t}$$

4. O Índice de Blanchard (contin.)

Depois de considerar a restrição orçamental como percentagem do produto, teremos:

$$\frac{B_t}{Y_t} = \frac{(1+r_t)B_{t-1}}{(1+y_t)Y_{t-1}} + \frac{G_t}{Y_t} - \frac{R_t}{Y_t} - \frac{M_t - M_{t-1}}{PY_t}$$

4. O Índice de Blanchard (contin.)

Depois de varias transformações matemáticas, teremos:

$$\Delta b = g - \rho - \lambda m + b(r - y)$$

Onde:

- b representa a dívida pública como percentagem do produto;
- g : gastos do governo como percentagem do produto;
- r : taxa de juros real de dívida
- ρ : valor das receitas públicas como percentagem do PIB
- λ : taxa crescimento da base monetária
- m : base monetária como percentagem do PIB;
- y : taxa de crescimento real do produto

4. O Índice de Blanchard (contin.)

Para $\Delta \mathbf{b} = \mathbf{0}$, teremos a receita óptima em percentagem do PIB dada por:

$$\rho^* = g - \lambda m + b(r - y)$$

4. O Índice de Blanchard (contin.)

Assim teremos o **Índice de sustentabilidade fiscal de Blanchard** (IS^{Blan}) como a diferença entre a receita **óptima** e a **efectiva**, ou:

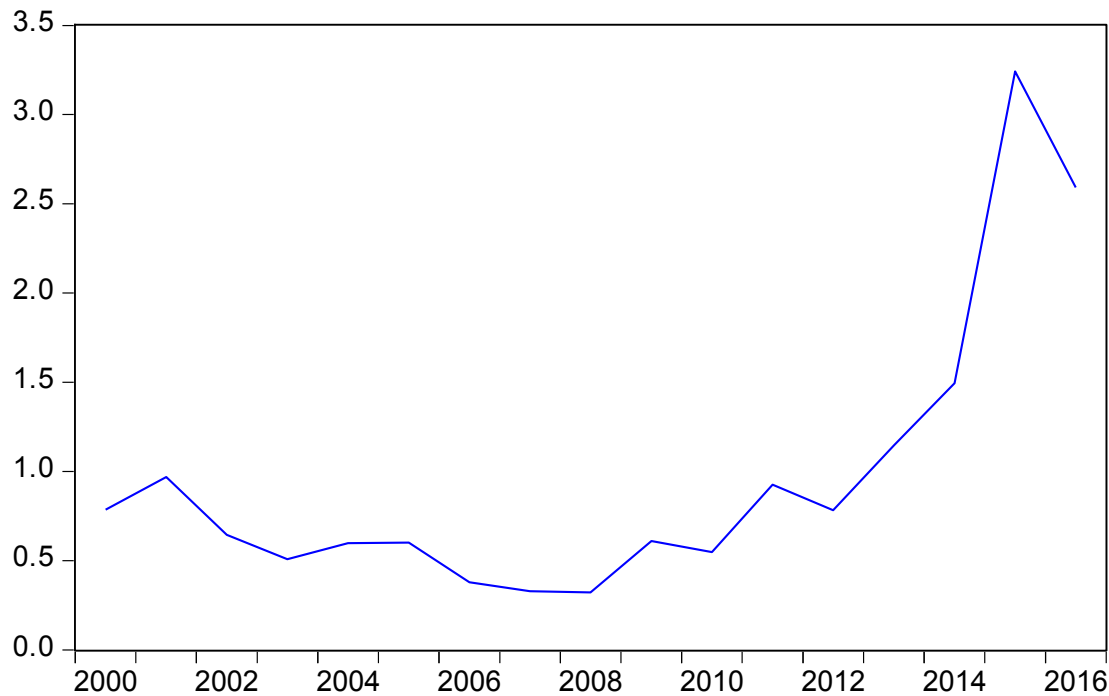
$$IS^{\text{Blan}} = \rho^* - \rho$$

Isto é:

- $IS^{\text{Blan}} > 0$ ou $\rho^* > \rho$: política orçamental **insustentável**
- $IS^{\text{Blan}} \leq 0$ ou $\rho^* \leq \rho$: **sustentável**

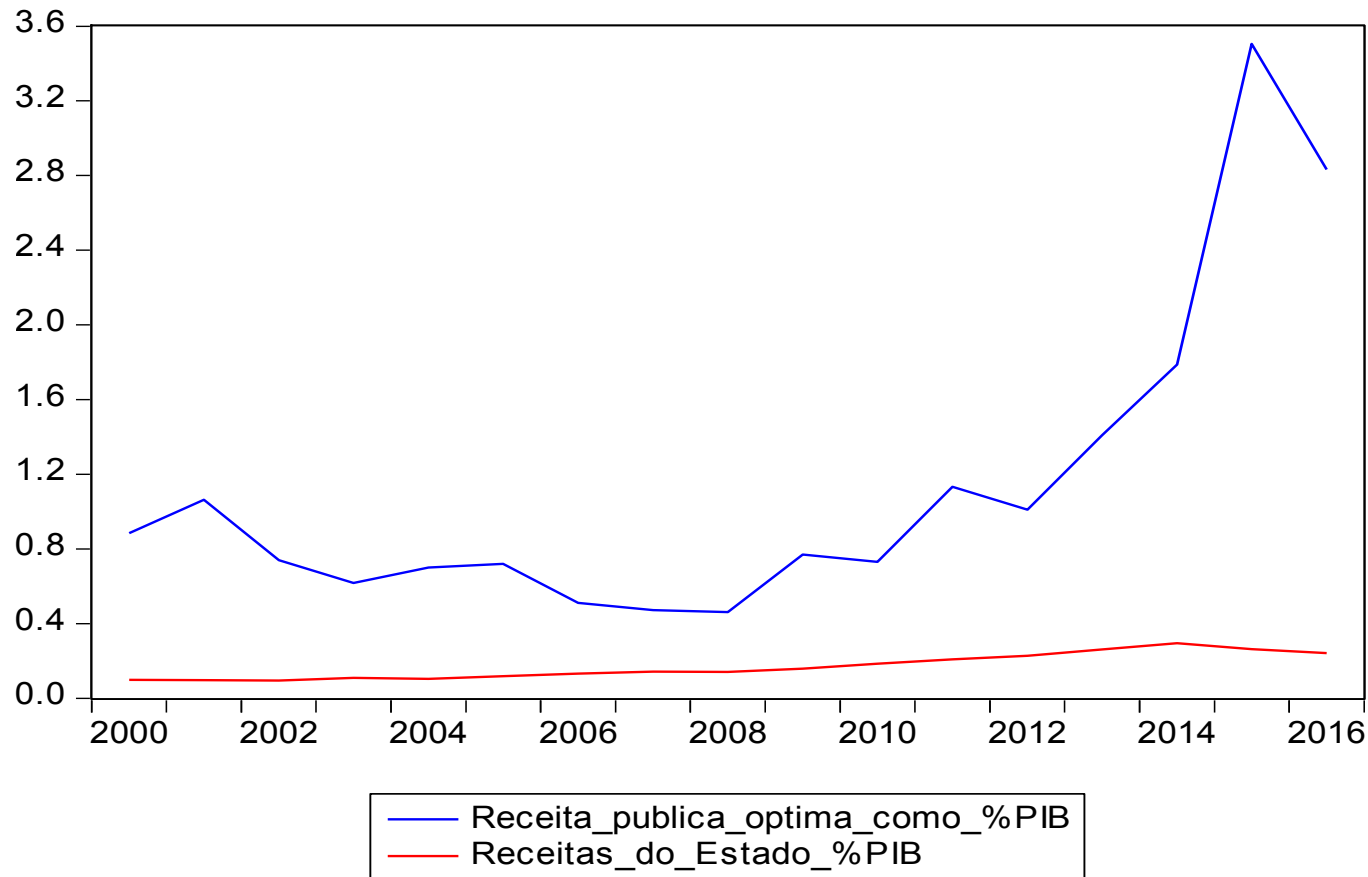
5. Interpretação dos resultados

. Evolução do Índice de Blanchard para Moçambique
Índice_de_Blanchard

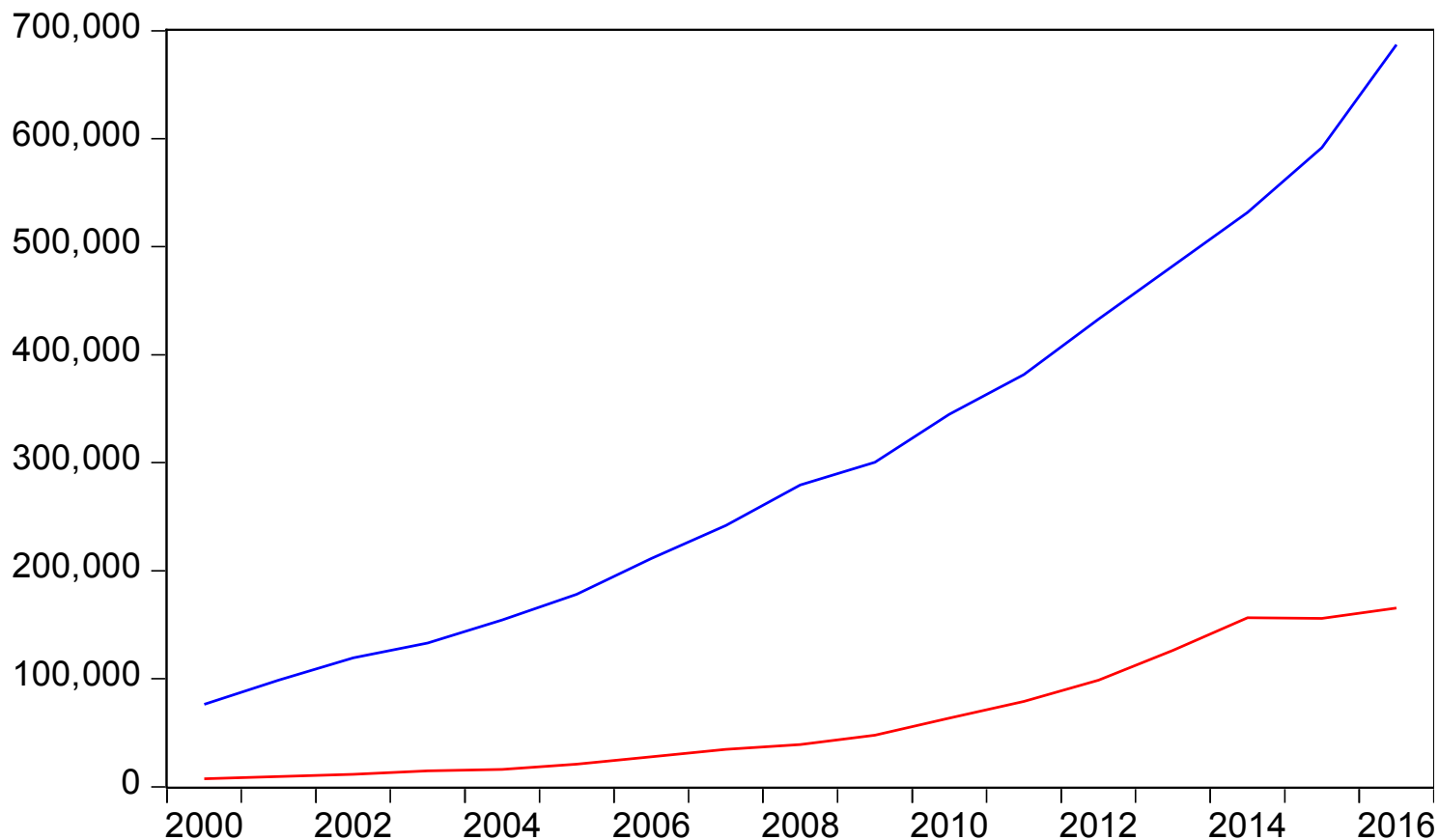


5. Interpretação dos resultados (contin.)

Evolução da receita pública óptima e efectiva como percentagem do PIB

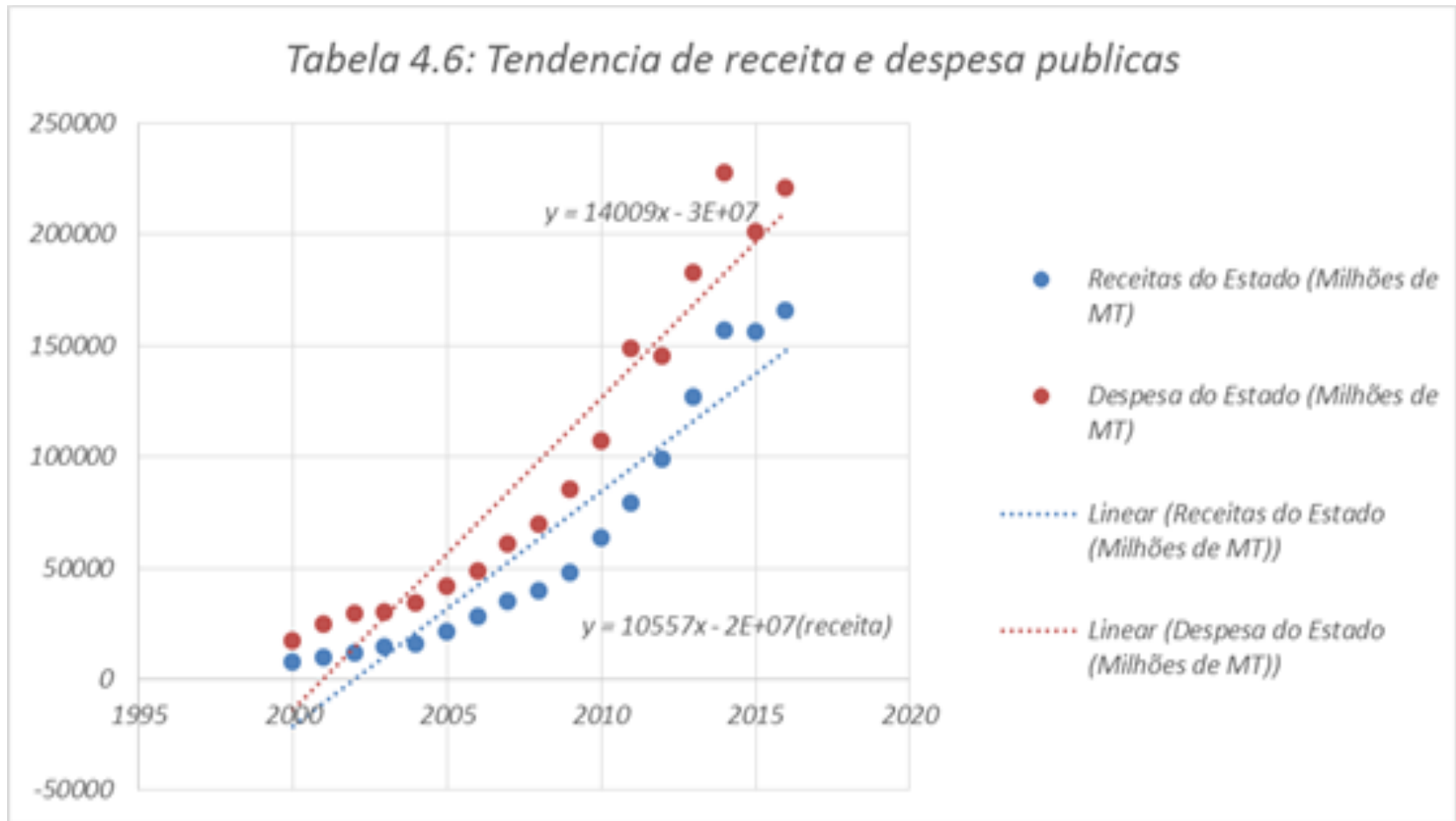


Evolução da receita pública e do Produto



— Produto Interno Bruto Nominal (Milhões de MT)
— Receitas do Estado (Milhões de MT)

5. Interpretação dos resultados (contin.)

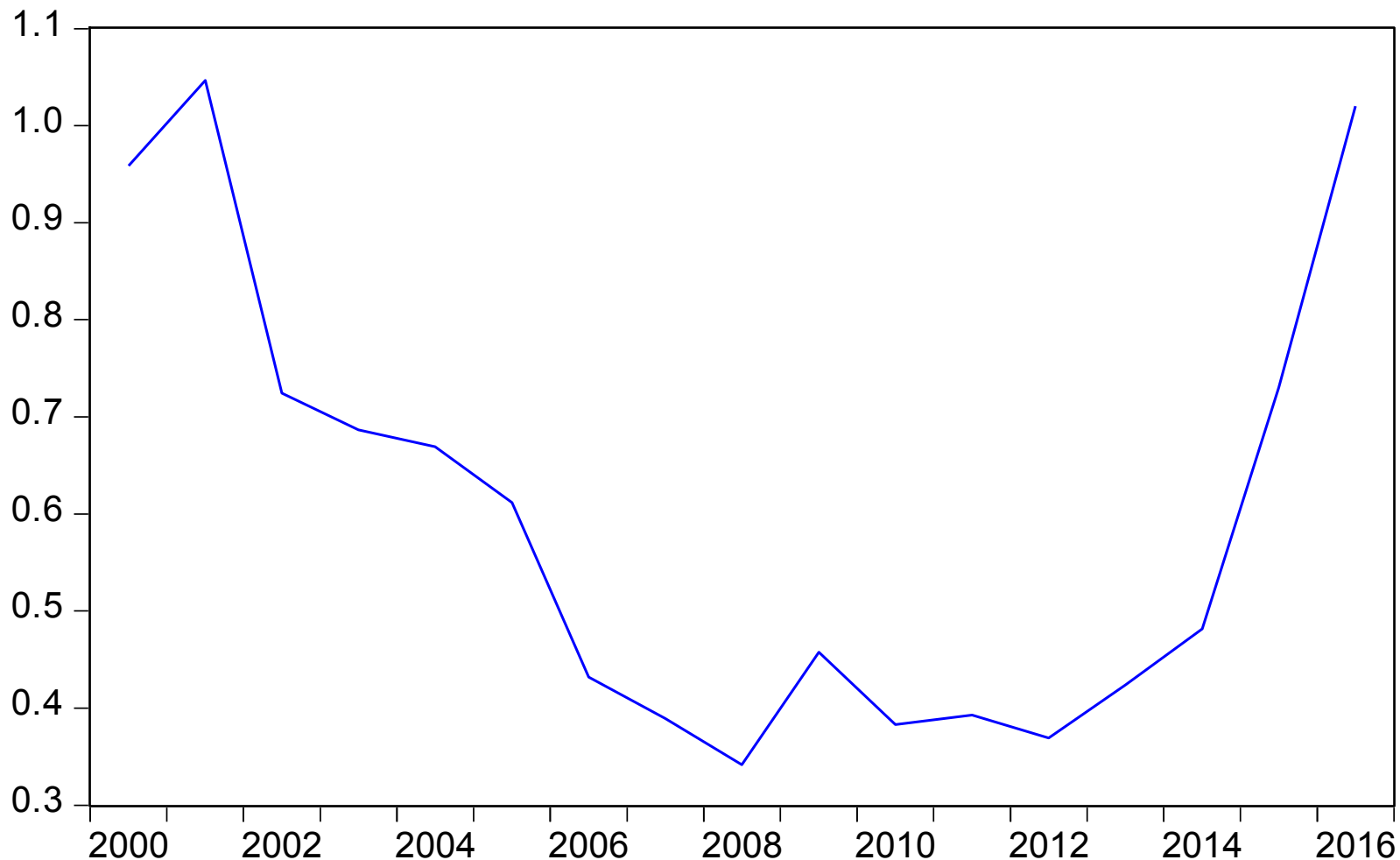


Evolução das Finanças Públicas de Moçambique (2000 – 2016)

Indicador	2000-2005	2006-2010	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas (em % do PIB)	10	15	18	21	23	26	29	26	24
Despesas (em % do PIB)	23	26	31	39	34	38	43	34	32
Défice fiscal antes donativos (em % PIB)	13	11	13	18	11	12	13	8	8
Défice fiscal após donativos (em % do PIB)	5	3	5	11	6	5	9	5	6
Donativos (em % do PIB)	8	8	8	8	5	6	4	3	2
Stock da dívida pública (em % do PIB)	78	40	38	39	37	42	48	73	102

5. Abordagem alternativa

Divida_Publica_como_% PIB



5. Conclusões

- A hipótese nula não foi rejeitada: durante o período de análise de 2000-2016: As receitas públicas de Moçambique estão aquém do nível óptimo na medida em que não são suficientes para garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Por outras palavras as finanças públicas de Moçambique não foram sustentáveis.

5. Conclusões (contin.)

Observando o índice de Blanchard, a trajectória de sustentabilidade das Finanças Públicas observou **dois momentos** no período de análise.

- **Entre 2000 e 2008**, nota-se um declínio do índice de 0,79 para 0,32, significando que a receita efectiva esteve cada vez mais próxima da receita óptima. Este momento coincide com reformas fiscais e orçamentais que tiveram implicações na dinâmica das finanças públicas

5. Conclusões (contin.)

- A partir de 2008 começa a deteriorar-se, alcançando um extremo de 3,24 em 2015. Isto significa que neste ano seria necessário que a receita como percentagem do produto fosse 324 pontos percentuais acima do seu valor real.

5. Conclusões (contin.)

- A insustentabilidade que seguiu ao ano 2008 coincide com a crise financeira de *Sub-prime*, dado que o rácio dos donativos como percentagem do PIB reduziu de 8% para cerca de 4% em 2014, que levou a autoridade fiscal recorrer mais ao crédito.

5. Conclusões (contin.)

- A análise de tendência das receitas e despesas permitiram concluir que no período de análise ambas tendem a afastar-se implicando o agravamento do déficit primário para os próximos anos se as decisões tomadas no âmbito das finanças públicas permanecerem as mesmas

5. Conclusões (contin.)

- A trajetória futura de sustentabilidade de finanças públicas constitui um desafio permanente para toda a sociedade, por causa do maior peso das despesas públicas, e sobretudo das despesas de funcionamento (com remuneração de funcionários)

**Obrigado
pela
atenção dispensada**